



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 244/2017

AUTORIA: VEREADORA PROFESSORA JACQUELINE

ASSUNTO: ALTERA A LEI N. 1.892/2014.

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ASSUNTO  
DE INTERESSE LOCAL. ALTERA  
LEI 1.892/2014. ART. 30,  
INCISO I DA CF/88 C/C ART.  
8º, INCISO I, E ART. 58,  
DA LOMAN. LEGALIDADE

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei nº 244/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

O Projeto foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça, para emissão de parecer, de cunho opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e constitucional da propositura, sendo completamente imparcial.

A Constituição Federal vigente atribuiu aos Municípios a capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com o princípio da Supremacia do Interesse local.

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, *verbis*:

**"Art. 30 - Compete aos Municípios:**



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

"Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Assim, compete aos Municípios legislarem sobre assuntos de predominante interesse local, obedecendo aos princípios e normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Desta feita, entendemos que a propositura trata de assunto de predominante interesse local, na medida em que altera lei municipal já existente. (lei n. 1.892/2014).

Somos do entendimento de que não há impedimento para a alteração proposta, pois se o vereador tem competência para inciar o processo legislativo, obviamente, tem competência para alterar leis já existentes no ordenamento jurídico, exceto nos casos de competência privativa do Prefeito. Vejamos artigo 58 da LOMAN:

"Art.58. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei."

Isto posto, diante dos argumentos expostos, somos pela legalidade da propositura.

Manaus, 18 de outubro de 2017.

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO  
Procuradora da CMM